



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ALEXANDRE AYRES

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1185/2023
Data: 27/04/2023 - Horário: 17:33
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº ____/2023

INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE
INCENTIVO À DOAÇÃO DE LEITE MATERNO
NO ESTADO DE ALAGOAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS, DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Semana Estadual de Incentivo à Doação de Leite Materno no Estado de Alagoas, a ser comemorada, anualmente, na semana do dia 19 de maio, onde se comemora o Dia Nacional de Doação de Leite Humano, estabelecido pela Lei Federal nº. 13.227, de 28 de dezembro de 2015.

Art. 2º. A Semana Estadual de Incentivo à Doação de Leite Materno terá como objetivos fundamentais o incentivo à doação de leite humano e a expansão da coleta de leite nos hospitais, maternidades e centros obstétricos.

Art. 3º. Incluem-se entre as ações da Semana Estadual de Incentivo à Doação de Leite Materno:

- I - estimular a doação de leite materno;
- II - incentivar a criação de bancos de leite humano;
- III - divulgar os bancos de leite e pontos de coleta no Estado;
- IV - promover debates sobre a importância do aleitamento materno e da doação de leite humano;
- V - esclarecer dúvidas frequentes a respeito da doação de leite materno.

Art. 4º. Poderão ser firmadas parcerias com instituições culturais e educacionais públicas e privadas, com o intuito de conscientizar a comunidade por meio de mobilização geral, campanhas educativas, palestras, seminários e outras atividades pedagógicas, que estimulem a doação de leite humano.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ALEXANDRE AYRES

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da lei é incentivar a doação de leite humano materno, a fim de expandir a coleta junto aos bancos de leite da rede de saúde estadual, enfatizando a importância dos benefícios que o alimento garante aos recém-nascidos, por conseguinte, a matéria trata sobre a proteção e defesa da saúde.

Conforme preconiza o artigo 196, da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse ínterim, no que concerne à competência estadual para legislar sobre o assunto, menciona-se que a proteção e defesa da saúde é de competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e também dos Municípios, estes para complementar a legislação federal e estadual no que couber, dentro dos limites do predomínio do interesse local (artigos 24, XII, e 30, II, da Constituição Federal).

Conforme diversos estudos científicos, o aleitamento materno é essencial na vida inicial de qualquer bebê, estando ligado ao combate à desnutrição e redução da mortalidade infantil.

Sabe-se que o leite materno doado aumenta as chances das crianças prematuras se recuperarem mais rapidamente, além de protegê-las de infecções, diarreias e alergias. Ademais, vale salientar que a doação não provoca falta de leite na mãe doadora, porque quanto mais a mulher amamenta, mais leite ela irá produzir.



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DO DEPUTADO ALEXANDRE AYRES

Portanto, a relevância e pertinência desta Lei advêm da importância da doação de leite humano, pelo que se revela imprescindível a anuência dos Nobres Colegas para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala de Sessões da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, 27 de abril de 2023.

ALEXANDRE AYRES

Deputado Estadual